

DO AVESSE: UMA ANÁLISE DA TRANSGENERIDADE SOB A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

Humberto Luiz dos Santos Sarmento Filho¹

Marcele Christine Cavalcante Cabral²

Jesana Batista Pereira³

Psicologia



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa realizada em Maceió-AL com a participação de pessoas socialmente percebidas como transgêneras, sendo incorporadas como aquelas que transgridem a norma binária de gênero e que, assim, ao romper com os padrões, são caracterizadas como desviantes. A pesquisa, que é resultado de uma análise de conteúdo de caráter qualitativo e sob a perspectiva fenomenológica, teve como objetivo geral a produção de um documentário acerca dos sujeitos transgêneros residentes na capital de Alagoas, bem como a análise de suas trajetórias, dialogando com autores pós-estruturalistas, os quais afirmam que o gênero e o sexo são frutos de construções sociais. Assim, objetivou-se, conjuntamente, proporcionar um espaço de empoderamento, a fim de tornar suas trajetórias visíveis aos espaços acadêmicos e sociais em geral, além de identificar e analisar os (novos) conceitos que envolvem os discursos de gênero e sexualidade. Por fim, chegou-se à conclusão que suas trajetórias apontam semelhanças e se evidenciou a necessidade de oportunizar o debate nos meios sociais e acadêmicos para contribuir com a visibilidade e combater ao preconceito.

PALAVRAS-CHAVE

Transgeneridade. Performatividade. Identidade de Gênero. Documentário.

ABSTRACT

The present article deals with a research carried out in Maceió-AL with the participation of people socially seen as transgender, being incorporated as those that transgress the binary norm of gender, and that, thus, breaking with the patterns are characterized as irregular. The research, which is the result of an analysis of qualitative content and from the phenomenological perspective, had as general objective the production of a documentary about the transgender subjects living in the capital of Alagoas and the analysis of their trajectories, dialoguing with post-Structuralists who affirm that gender and sex are fruits of social constructions, added to the specific objectives of empowering them, make their trajectories visible to academic and social spaces in general, and to identify and analyze the (new) concepts that involve the discourses of Gender and sexuality. Finally, it was concluded that their trajectories point to similarities and the need to opportunize the debate in social and academic circles to contribute to the visibility and fight against prejudice.

KEYWORDS

Transgeneration. Performativity. Gender identity. Documentary

1 INTRODUÇÃO

As questões de normatização do sistema sexo-gênero são fundamentadas em uma matriz binária heteronormativa¹, a qual concorda sexo biológico, gênero e sexualidade, sendo tudo que foge a esse sistema entendido como anormal ou patológico, limitando, assim, a sexualidade e subjetividade de quem se percebe diferente desta matriz. Em oposição a esta concepção, autores do movimento pós-estruturalista² tomaram outra perspectiva, ao qual tem a categoria gênero como fruto de construção social e estabelecida pelas relações de poder.

Os discursos voltados às questões de gênero, avançando sob o ponto de vista do pós-estruturalismo, começaram a tomar forma na década de 1990. Judith Butler, teórica importante na elaboração da teoria *queer* da desconstrução da categorização de sexo, gênero e sexualidade, evidenciou que as expressões utilizadas como “é um menino” ou “é uma menina” pronunciadas no nascimento do indivíduo, “não passam de invocações performativas [...] que são fragmentos de linguagem carregados his-

1 Heteronormativa: “diz-se da disposição político-cultural, falsamente naturalizada como determinismo biológico, que estabelece a heterossexualidade como único tipo de orientação sexual ‘normal’, o que faz com que todos os demais tipos de sexualidade humanas sejam considerados antinaturais e sociodesviantes” (LANZ, 2015, p. 413).

2 Pós-estruturalismo: “é o nome para um movimento na filosofia que começou na década de 1960. [...] O pós-estruturalismo é visto como uma posição divergente, por exemplo, das ciências e dos valores morais estabelecidos” (WILLIAMS, 2013, p. 13).

toricamente do poder de investir um corpo como masculino ou feminino” (BUTLER, apud PRECIADO, 2014, p. 28), ou seja, todo aquele que se forma de uma maneira diferente desse padrão, ameaça a coerência do sistema sexo/gênero.

Na mesma direção, Louro (1997, p. 28) traz à baila que as identidades de gênero “estão se construindo e se transformando [...] e os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais [...] e suas formas de ser e estar no mundo” e Preciado (2014, p. 29) reforça que o gênero “é puramente construído e ao mesmo tempo orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria”. Diante disto, percebe-se a profundidade do discurso de gênero e a necessidade de se produzir mais pesquisas sobre o tema e abrir espaço de fala e escuta para a narrativa dos sujeitos transgêneros, pois só eles podem nos fazer compreender melhor seus sentidos e suas vivências.

As identidades de gênero começam a se construir no cotidiano, dando forma ao entendimento de que todo aquele que transgride as normas de gênero do sistema heteronormativo podem ser chamados de transgêneros. Lanz (2015, p. 428) destaca que transgeneridade trata-se de um “fenômeno sociológico de desvio ou transgressão do dispositivo binário de gênero”. Logo, seu conceito se aplica a qualquer pessoa que apresente desajuste, desconforto ou se comporte de maneira discordante das normas de conduta da categoria de gênero o qual fora designada ao nascer e reforçadas ao longo de suas vidas.

Assim, transgênero é uma pessoa que transgride as normas padronizadas de gênero e que não se enquadra nos modelos binários estabelecidos pelas instituições heteronormativas: homem ou mulher, macho ou fêmea, masculino ou feminino. Dentro desse conceito incluem-se as identidades de gêneros-divergentes, ou seja, os indivíduos conhecidos como transexuais, travestis, *crossdressers*, *dragqueens*, entre outros.

O alcance que se deseja obter com o presente trabalho é tornar visível a trajetória de luta e de vida desses sujeitos, comunicar os resultados da pesquisa à comunidade acadêmica e aos futuros profissionais da saúde que, muitas vezes, são formados sem o preparo básico para lidar com a diversidade humana no que diz respeito a gêneros divergentes da matriz heteronormativa em seus exercícios profissionais.

Para isto, percebeu-se a necessidade de desenvolver este trabalho inicialmente com o objetivo de dar ênfase aos percursos vividos pelas pessoas transgêneras da cidade de Maceió, sob a ótica de suas vivências, permeado pelas questões acerca de suas identidades, seus cotidianos, vivências profissionais, escolares e acadêmicas, afetivas e familiares, desejos, sonhos e suas trajetórias, transpondo da infância até os dias atuais.

O trabalho teve como objetivo analisar a produção social das pessoas transgêneras na sociedade contemporânea, precisamente em Maceió, Alagoas, por meio da produção de um documentário, para o qual foram entrevistadas pessoas transgêneras residentes na capital de Alagoas com a finalidade de registrar por suas narrativas os aspectos de suas subjetividades e suas construções identitárias e pela produção promover a discussão de suas trajetórias, contribuindo assim para o protagonismo e empoderamento desses indivíduos.

Em meio à pesquisa inicial foram identificados, por meio de relatos em blogs, redes sociais, canais de compartilhamento de vídeos e demais meios de socialização que para poder falar de transgeneridade seria primordial a participação ativa e central desses indivíduos, pois, para falar sobre o assunto ninguém melhor do que quem vive na pele as angústias e os deleites de transpor as normas binárias de gênero. Com isso, foi proposto dar voz e legitimidade à fala desses sujeitos, já que é comum perceber que a sociedade, os meios acadêmicos e de saúde possuam percepções muitas vezes desconectadas acerca do assunto e das vivências desses sujeitos.

Esta pesquisa tem como fim promover inquietações e aprendizados de novos conceitos no que se diz respeito à sexualidade e gênero. Esses novos conceitos levam caminhos mais amplos e com um campo vasto de novas possibilidades de compreensão das singularidades. Autores pós-estruturalistas trouxeram à luz um sentido de busca pela desconstrução do que a norma, ao longo dos tempos, ditou para os indivíduos. A desconstrução se dá pelo fato dos sujeitos estarem dando forma aos seus desejos e as (novas) possibilidades, para isto, tem de haver discussão, espaço de fala, respeito e preparo profissional para acolhimento dessas pessoas.

Quando se trata de acolhimento lembra-se do papel da Psicologia enquanto ciência e profissão e por isso, qual seria o ofício da Psicologia nesse processo quando a demanda da desconstrução de gênero e sexualidade vem à tona e chegam aos serviços de saúde e aos consultórios? Como parte integrante da saúde e com forte participação na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e esclarecida, a Psicologia tem como obrigação desenvolver pesquisas, estratégias e promoção de uma escuta qualificada a fim de contribuir para a já conhecida crítica à despatologização as identidades transgêneras, processo este que conta com o apoio dos conselhos de psicologia no Brasil.

É importante destacar que para que uma pessoa que se entende como transgênera possa gozar dos direitos de mudar seus documentos, fazer algum procedimento cirúrgico de transição de gênero, ela precisa passar por, no mínimo, dois anos de acompanhamento psicoterápico e médico para obter laudos atestando a disforia de gênero que, de acordo com o DSM-5, "refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa" (APA, 2014, p. 451). É pelo fato de a disforia de gênero constar no manual diagnóstico de transtornos mentais que a pessoa transgênera tem direito à terapia hormonal, atendimento psicoterápico e cirurgia de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

A pessoa transgênera é assujeitada a inúmeros sofrimentos, privações e são "punidas" pelo sistema pelo fato de transgredir as normas estabelecidas, sem contar com os graves problemas no âmbito psicológico e emocional. A partir dessas e outras reflexões surgem críticas a esse processo que se observam nas dificuldades impostas pelo estado e pelas normas ao acesso à dignidade e busca pela cidadania.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa a partir de uma análise de conteúdo de caráter qualitativo, sob a perspectiva fenomenológica³. A pesquisa de campo foi realizada através de roteiro de entrevista semi-estruturado que deu origem a um documentário. Procurou-se construir um diálogo entre as falas dos sujeitos entrevistados com referenciais teóricos de base pós-estruturalista, como Judith Butler (2016), Neuza Maria de Oliveira (1994), Letícia Lanz (2015), Joan Scott (1989), Beatriz Preciado (2014), Tomaz Tadeu da Silva (2009), entre outros. Além disso, foram utilizados artigos científicos publicados sobre a temática para dar validação ao projeto. Assim, a análise de conteúdo serviu como suporte à análise do discurso dos sujeitos retratados no documentário produzido.

A análise de conteúdo concentra grande parte do trabalho que, de acordo com Bardin (1977, p.38), trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Já Franco (2003, p. 20) reforça que se trata de “um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”. Partindo dessa teoria, foram realizadas as filmagens e as transcrições de todo o material gravado, para então serem feitas as inferências⁴ por meio das falas dos sujeitos e, portanto, retomada a análise qualitativa a partir de referências disponíveis sobre os temas abordados.

Para a análise de conteúdo foi utilizada a tabulação dos dados recolhidos que tem como objetivo padronizar e facilitar a leitura das informações obtidas nas entrevistas. As entrevistas foram redigidas na íntegra por meio da escuta minuciosa dos registros. A tabulação foi subdividida pelos temas inerentes aos pontos-chaves aos quais se desejaria investigar e inferir, categorizados pelos assuntos, a saber: infância e adolescência, trajetória profissional, acesso à saúde, uso do nome social e vínculos afetivos, sociabilidade e identidade transgênera. É importante observar que não foram utilizados os nomes dos participantes para resguardar a identidade dos entrevistados, sendo, então, utilizado os termos sujeitos (1), (2), (3), (4) e (5).

O documentário reuniu cinco pessoas transgêneras, dentre elas: duas que se identificam como mulheres transexuais, outra como travesti, outra como homem (transgênero) e uma como *dragqueen*. Ele teve como base um roteiro pensado e desenvolvido a partir de um contexto que englobasse as trajetórias das pessoas entrevistadas, por meio de uma entrevista semi-estruturada, permitindo um direcionamento, mas livre quanto ao caminho escolhido pelos entrevistados e tendo sido pré-definido anteriormente quanto aos temas abordados, priorizando, portanto, a liberdade de fala, das expressões e os possíveis vetos a temas aos quais não desejassem ser mencionados.

³ Fenomenologia: trata-se de “uma investigação, clara e precisa, de aspectos particulares da experiência humana, bem como um método para a análise da vivência de um sujeito em determinadas situações do seu cotidiano [...]” (DECASTRO, 2011, p. 155).

⁴ Inferência: “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 1977, p. 39).

As pessoas foram selecionadas a partir da indicação de amigos e sujeitos envolvidos na militância LGBT de Alagoas e selecionados por meio de contato pessoal. Em seguida foram marcados encontros pessoalmente para que se pudesse fazer uma exposição detalhada do que seria a pesquisa e quais os seus objetivos, somados aos trâmites acadêmicos para formalizar os termos legais, autorização de imagem e submissão do projeto ao Comitê de Ética.

3 PRÓDROMO SOBRE SEXO E GÊNERO

A tríade sexo-gênero-sexualidade é comumente entendida como tendo o mesmo significado. Entretanto, sexo refere-se ao órgão genital reprodutor (pênis e vagina), que dão origem aos termos macho e fêmea ou feminino e masculino. O gênero está atribuído à forma como o sujeito se percebe e se coloca no mundo – no modelo heteronormativo imposto pela sociedade, encontram-se os gêneros homem e mulher. Sexualidade condiz com o desejo ao(s) gênero(s) em que o sujeito está orientado – orientação sexual. (LANZ, 2015). Essa é uma forma um tanto didática para entender como se dá a questão da tríade, no entanto autores pós-estruturalistas consideram tal afirmação como questionável, colocando essa questão de sexo, gênero e sexualidade todas como fruto de construção social, estabelecida por uma relação de poder constituída sob a ótica do binarismo heteronormativo.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (BUTLER, 2016, p. 27).

A afirmação de que o sexo é biológico implica em dizer que ele tem o significado fixo, permanente. Se o sexo é entendido como gênero, então tem-se que considerar o gênero também como imutável e sob a perspectiva dualista (pênis e vagina = homem e mulher). Quando Butler (2016) embaralha as questões de sexo e gênero, afirmando que o sexo também é construção social, então desestabiliza a maneira dual de pensar em gênero, desconstruindo a ideia de homem e mulher como categorias fixas.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2016, p. 26).

Assim, Butler (2016) alia isso ao conceito de performatividade, considerando que existem modelos (normas) pré-estabelecidos sobre o que é ser homem e o que é

ser mulher, tais modelos existem em razão desta relação de poder e tais características foram (e continuam a ser) naturalizadas socialmente. Neste sentido, Butler (2016) propõe uma reflexão sobre a famosa frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR apud BUTLER, 2016, p. 29), argumentando que foram estabelecidos atributos aos papéis sociais dos gêneros feminino e masculino, consolidados por meios de significados culturais.

No imaginário social é enraizada a ideia de que todo homem é forte, provedor, líder, viril; enquanto a mulher é frágil, amorosa, delicada; bem como citou a revista *Veja* (LINHARES, 2016) em referência à Marcela Temer, esposa do até então vice-presidente Michel Temer, como “bela, recatada e do lar” – reforçando o ideal de mulher, podendo ser entendido como crítica à presidenta Dilma Rousseff, que mostra uma personalidade forte, firme, de liderança e de poder (tudo aquilo que é destinado somente aos homens). Ou seja: o lugar da mulher é como primeira dama, jamais ocupando a cadeira destinada a um presidente.

Foi partindo do pressuposto de que o gênero existe como forma de dominação dos homens sobre as mulheres, que o feminismo passou a ter um papel fundamental nas discussões acerca desta categoria:

A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar os seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise. (SCOTT, 1989, p. 19).

Joan Scott(1989), por meio de seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* descartou a perspectiva da biologia/natureza do essencialismo, estabelecendo a ideia de que o gênero é construção social, evidenciando a importância em se falar sobre gênero, uma vez que este é um instrumento de controle social e, ao questionar a hierarquia de gênero ela incita às mudanças sociais com o objetivo de enfraquecer o sistema de poder do patriarcado.

Os estudos de Preciado (2014) também reforçam a desconstrução da ideia do corpo como biológico e imutável, pois a autora faz crítica ao dispositivo de normatização da heterossexualidade ao propor um novo olhar para a questão da sexualidade – o movimento contrassexual – promovendo uma nova perspectiva acerca do desejo e prazer ao considerar que todo o corpo é sexuado, ou seja, que a fonte do prazer sexual não se dá pelos órgãos genitais, apenas. “A contrassexualidade não é criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (PRECIADO, 2014, p. 21). A autora também considera, assim como Butler (2016), o fim das categorias opostas – macho e fêmea; homem e mulher; heterossexual e homossexual etc., pois declara tais dualidades como ferramentas de controle social que reprimem e limitam os sujeitos.

Guattari e Rolnik (2013) chamam atenção para a forma como o sistema capitalista interfere nas relações de desejo, que estão intimamente ligadas à subjetividade dos sujeitos.

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala, e não para por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é “a” ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que comprometa a ideia de vida social organizada. (GUTTARI; ROLNIK, 2013, p. 51).

Assim, os autores enfatizam que a subjetividade é composta, sobretudo, por influências sociais, e separam subjetividade de singularidade. Para os autores, a subjetividade é constituída pelo coletivo, podendo caracterizar-se como uma produção em massa, que acontece de forma autoritária. É imposto ao sujeito que ele SEJA e faça aquilo que a ordem capitalística considera como adequada, gerando assim subjetividades em massa. Quando o indivíduo ressignifica tudo aquilo que chega pelas grandes máquinas de controle social a fim de alienar os sujeitos, acontece o processo de criação, chegando, então, ao processo de singularização.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a subjetividade advém de uma relação de alienação e opressão, como os autores citam, é possível compreender a problemática no que diz respeito a transgeneridade, em que os sujeitos tidos como transgêneros precisam ultrapassar a barreira reacionária, uma vez que a ordem binária de gênero é diariamente reforçada pelas grandes máquinas de controle social, tornando esta uma luta diária para os indivíduos que se percebem além do binarismo, tendo de enfrentar uma subjetividade repleta de valores sociais para encará-la como uma relação de criação, a fim de adquirir a sua singularidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Os entrevistados relataram os aspectos mais marcantes de suas infâncias e adolescências, seja no âmbito escolar, social ou familiar. Na infância o indivíduo entra em contato com as primeiras interações sociais e inclusive a diferenciação de gênero.

Nesta fase, como aponta Toker e Money (apud OLIVEIRA, 1994, p. 27), se dá uma “predisposição inata, oriunda do sexo biológico e os sinais de linguagem que intro-

duzem e conduzem o indivíduo para as normas sociais [...] e para a aquisição de uma identidade de gênero” e, de acordo com Lanz (2015, p. 234) a família parte para a “prática da vigilância e do terrorismo de gênero sobre a pessoa transgênera”, reforçando a repressão e pressão psicológica relatadas pelos sujeitos na narrativa.

A minha infância foi feliz, mas em colégio ou sociedade não foi tão feliz porque as pessoas já me criticavam [...] até então eu não era trans, eu era um menino afeminado e o povo já me criticava, chacotava, fazia apelidos, um bullying, na realidade. (Sujeito 1).

Tive infância normal como a de todo mundo, meus pais me adoravam até saberem na minha adolescência, na faixa dos 13, 14 anos que eu era homossexual. (Sujeito 4).

A partir desse momento, o indivíduo dá início a uma importante etapa que se evidencia por meio do convívio no ambiente escolar, partindo para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e formação intelectual, porém, para os sujeitos entrevistados, a escola muitas vezes foi sinônimo de sofrimento e humilhação. Neste ponto, Louro (apud LANZ, 2015, p. 248) revela que a “escola divide, separa e reforça as diferenças entre as pessoas”, destacando, assim, o relato das pessoas entrevistadas, quando estas expõem os sofrimentos vivenciados nos ambientes escolares.

[...] Minha infância, ela... como família foi feliz, mas em colégio ou sociedade não foi tão feliz porque as pessoas já me criticavam e sempre pela questão, até então eu não era trans, era um menino afeminado, e essa questão... o povo já me criticava, chacotavam, faziam apelidos, coisas... umbullying, na realidade. E chegava aos ouvidos dos meus pais, e meus pais não sabiam o que fazer e tinha castigo [...]. (Sujeito 1).

[...] Na época de quadrilha era a pior parte que tinha, porque naquela época menino tinha que dançar com menina e eu fazia cena. Eu me melava, caía no chão, já para não dançar quadrilha, porque eu queria dançar com os meninos e os meninos diziam que “eu não vou dançar com você, não. Você parece mulher, mas você não é. Você é menino.” E eu voltava chorando, é o meu pesadelo. (Sujeito 3).

Teve um ano [...] que meu pai me colocou em um colégio público, que para mim foi o pior ano da minha vida. [...] Para mim foi horrível, eles mangavam, eles riam e eu não dava motivos para isso. Eu não quis mais ir e tanto é que esse ano eu perdi o ano porque eu não fui mais à escola. (Sujeito 5).

Paralelamente à vivência escolar, os indivíduos passam pela fase da puberdade e adolescência que, para pessoas transgêneras, é um momento delicado devido às mudanças físicas, hormonais e comportamentais, gerando desconforto e sofrimento.

[...] Foi difícil, um pouco, porque sempre tem uns que falam alguma coisa quando sabem que você...e eu também já comecei a me travestir, né? Já comecei a botar roupa de mulher, já comecei a me hormonizar, já fui criando voz, corpo de mulher...aí, não sei explicar. É um pouco difícil e a família vai achando tudo estranho [...]. (Sujeito 4).

Já um dos entrevistados (SUJEITO 2) revelou um contexto diferente dos demais e recorda sua infância e adolescência sob um prisma mais otimista, de maior aceitação por parte da família, da escola e sociedade em geral, manifestando que as maiores dificuldades encontradas foram na fase da transição, posterior à adolescência. É importante ressaltar que durante sua adolescência o entrevistado ainda não tinha feito o processo de transição de gênero.

4.2 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Tratar de trajetória profissional para uma pessoa transgênera é também se esbarrar em uma carga de luta e sofrimento, pois com a base escolar desestruturada e muitas vezes sem o apoio de suas famílias, muitas destas pessoas partem para a prostituição, como pontua Amara Moira (2016, p.192), em seu relato biográfico: "O olhar público, a família, o círculo social, às vezes até o trabalho pode estar em jogo, e só por estarem com a gente! A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a *putafobia* amplifica a exclusão a que já estamos sujeitas meramente por existir". A "pista" é um ambiente que estigmatiza e marginaliza, colocando a travesti e a mulher transexual em patamares inferiores na sociedade, o que reforça seu sofrimento e o preconceito por parte da sociedade em geral.

Por falta de oportunidades devido aos fatores supracitados grande parte das travestis e indivíduos trans encontram-se na base da pirâmide socioeconômica, como expõe Lanz (2015, p. 326) "as travestis são condenadas precocemente a ir para a pista, a sobreviver através da indústria do sexo [...] por pura falta de oportunidade mais dignas de trabalho". Sendo assim, muitas vezes restam apenas as oportunidades como profissionais do sexo, expondo suas vidas aos riscos presentes na noite.

O relato de quem buscou a prostituição por uma questão de sobrevivência carrega consigo um discurso de sofrimento por esta ter sido a única maneira encontrada para a sobrevivência. A prostituição é rechaçada pela maioria das mulheres trans entrevistadas. Uma delas (SUJEITO 1), revela que nunca precisou fazer por ter tido apoio familiar e oportunidades de emprego; outra (SUJEITO 3) não faz mais e quando precisava fazer não gostava e a última (SUJEITO 4) continua em atividade "na pista", contudo arrepende-se de ter deixando os estudos e atribui isto à falta de oportunidades profissionais.

[...] Comecei a estudar tarde, já. Eu fui começar a estudar agora a pouco, tem pouco tempo [...] e eu fazia a prostituição não porque eu gostava, mas pela necessidade. (Sujeito 3).

[...] Eu trabalho à noite aqui em Maceió fazendo programa, mas eu já trabalhei em restaurante, sou cozinheira [...]. Eu inventei de parar os estudos e até hoje eu me arrependo, pois se eu tivesse estudando, mesmo eu me travestindo, eu ia ter um futuro melhor, não ia tá nas ruas me prostituindo, eu ia poder estar num trabalho hoje e focada no trabalho [...]. (Sujeito 4).

Mesmo diante de uma trajetória marcada pela dificuldade e preconceito, os entrevistados também expuseram os movimentos de superação por meio de seus ganhos tanto nas oportunidades no mercado formal de trabalho, como também nos estudos:

[...] Sou atriz, já fiz um filme e ganhei prêmio de melhor atriz [...]. Também trabalho como cerimonialista; em uma ONG com um projeto sobre fluido oral, pessoas vivendo com HIV-AIDS [...] e já trabalhei de salão, em concessionária, em muita coisa. Nunca tive problemas com essa questão de trabalho por ser trans. (Sujeito 1).

[...] Terminei meus estudos, prestei vestibular, fiz minha faculdade, e gosto de estudar Direito e futuramente serei um delegado. (Sujeito 2).

[...] Graças a Deus pelo conhecimento de algumas pessoas, consegui trabalho na saúde pública municipal e não preciso mais estar me prostituindo. Dependendo do meu salário. E ainda trabalho como cuidadora de idosos durante a noite [...] e faço parte de associações de transexuais e travestis e estou sempre envolvida na militância. (Sujeito 3).

Os relatos refletem que aos poucos a visibilidade tem trazido conquistas significativas para a mudança de vida de pessoas transgêneras por meio de programas sociais de incentivo ao ingresso em cursos profissionalizantes e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que tem trazido uma nova oportunidade de inserção no ensino superior.

É importante destacar a fala do Sujeito 3 quando revela que a sociedade ainda vê as mulheres transgêneras como profissionais do sexo:

[...] A transexual no nosso Brasil, ela ainda é vista como prostituta, como profissional do sexo. E a nossa luta é quebrar essas barreiras, quebrar esses paradigmas de que só a mulher transexual e a mulher travesti que vivem na

rua. Não. A gente também pode ser psicóloga, ser uma boa professora. (Sujeito 3).

A questão da representatividade trans traz uma nova onda de otimismo para os sujeitos, já que atualmente a mídia tem mostrado casos de muitos indivíduos transgêneros avançando rumo à universidade, tendo acesso aos programas sociais de qualificação profissional e assim tendo oportunidade de transpassar o preconceito e tornar possível o sonho de ter uma profissão mais segura e que lhe garanta os direitos trabalhistas.

A representatividade tem trazido ganhos para a população transgênera, pois tem apresentado exemplos positivos na mídia por meio de personalidades que desenvolvem um discurso que torna mais visível a luta contra a transfobia. As redes sociais têm revelado muitas pessoas transgêneras que por meio destas atingem um grande número de pessoas no Brasil e no mundo, como é o caso da Mandy Candy, Luiza Coppieters, Amara Moira, Leticia Lanz, Tereza Brant, João Nery e Jamie Clayton, atriz de *sense8*, que está mundialmente famosa por interpretar uma transexual em uma série estadunidense.

Todas essas personalidades desenvolvem trabalhos com palestras, vídeos-blogs nos canais no Youtube e alguns deles encontram-se em destaque no meio acadêmico, fazendo mestrado e doutorado sobre o tema. Os exemplos mostrados por essas pessoas transgêneras dão novo sentido e esclarecimento para os sujeitos, ampliando seus horizontes e contribuindo para o combate ao preconceito. Sendo assim, personalidades trans na mídia são importantes e necessários modelos de representatividade para outros sujeitos trans, possibilitando, assim, maior visibilidade e empoderamento.

4.3 ACESSO À SAÚDE E O USO DO NOME SOCIAL.

A discriminação e o preconceito demandaram iniciativas para aperfeiçoar e humanizar o atendimento de pessoas transgêneras no sistema único de saúde em todo o Brasil, partindo para a definição de novas estratégias de promoção da saúde, não sendo mais uma questão exclusivamente médico-cirúrgicas, mas sim uma busca pelo respeito às identidades de gênero por meio da adoção do nome social nas unidades de saúde e formações para proporcionar melhorias no acolhimento nas unidades de saúde e hospitais da rede pública.

Sabe-se que a troca de nome e sexo no registro civil já resolveria grande parte da problemática enfrentada por pessoas transgêneras no dia a dia, assim sendo, Aran Zaidhaft e Murta (2008, p. 76) consideram a "mudança de nome como sendo um processo fundamental na construção e redefinição do gênero". Enquanto a justiça brasileira retarda a resolução para deliberar a mudança do nome de registro para o nome social sem a obrigação do extenso e complexo processo de transgenitalização, o SUS se dispôs favoravelmente ao reconhecimento do nome social no ano de 2006, afirmando que:

[...] É direito dos cidadãos atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação [...] em função de [...] identidade de gênero [...] garantindo-lhes a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário e da usuária um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil [...]. (BRASIL, 2006, p. 12).

Porém, as narrativas dos entrevistados revelam que, diante do direito reconhecido pelo Ministério da Saúde, ainda passam constrangimentos no momento de gozar de seu direito e de serem tratados pelo nome social, pois garantem que ainda existem resistências por parte de alguns colaboradores da saúde pública:

[...] Aqui em Maceió, os postos de saúde e os hospitais quando vão tratar com um transexual, uma travesti, ainda está muito antiquado. Já existe o catálogo de que é obrigatório em todos os postos de saúde e hospitais o tratamento das transexuais pelo seu nome social, mas eles não nos tratam dessa forma. Eles chamam pelo masculino e isso é constrangedor. (Sujeito 1).

[...] O que me incomoda um pouco é chegar na recepção e... aí falam: “[nome de registro]” e eu vou, e a pessoa: “cadê ela?”. Isso me incomoda um pouco porque eu fico um pouco sem jeito, porque um bocado de gente fica me olhando e tal. (Sujeito 2).

Dois dos entrevistados trouxeram relatos relacionados ao não uso do nome social na família. O sujeito 2, relata que seus pais, avós e irmãos o tratam pelo nome de registro e de acordo com ele, o fato não o incomoda, pois acredita que é difícil para eles administrar essa mudança que se deu há dois anos. Já o sujeito 4 carrega um discurso mais denso, revelando que sua mãe ainda a trata no gênero masculino. Ela revela que suporta a situação devido à ciência de que sua mãe ainda apresenta dificuldades em aceitar sua transgeneridade.

Outro discurso significativo presente no relato de uma das entrevistadas é que muitas mulheres transgêneras fazem uso de hormônios sem prescrição médica e buscam informações com enfermeiros ou amigas que já fizeram usaram. Entre os entrevistados, todas as mulheres transgêneras (SUJEITOS 1, 2, 3) fizeram uso de hormônios de forma indiscriminada em algum momento de suas vidas. O sujeito 4 revelou que desde o início de seu processo, que começou recentemente, faz acompanhamento médico. Entretanto, este é o único que revelou sempre possuir condições financeiras para arcar com as despesas dos medicamentos e realizar o acompanhamento de forma particular. O Sujeito 5, por se tratar de uma personalidade de expressão *drag-queen*, não faz uso de medicamentos hormonais.

[Não] procurei médico nenhum, procurei enfermeiro... Eles foram "mara" comigo, [disseram] para o que servia, o que fazia [o medicamento hormonal] [...] que ia cortar meu hormônio masculino [...]. Eu tomo até hoje, não foi passado por nenhum médico e sim através de amizade, de grupos de travestis que tomam hormônios. Eu tive uma amiga que morreu de leucemia pelos hormônios, o sangue dela virou água, de tão fraco que o sangue dela ficou porque ela tomava muito hormônio. (Sujeito 4).

Os procedimentos não acompanhados por uma equipe de saúde podem acarretar sérios danos à saúde, a curto ou a longo prazo. Com isso é possível evidenciar a importância em se reformular as políticas públicas no que diz respeito ao processo transexualizador para que haja acolhimento à pessoa transgênera e melhorias em sua qualidade de vida.

Vale registrar que o acesso à saúde por esses indivíduos ainda é algo limitado devido ao medo de passarem por constrangimento e preconceito por parte da equipe de saúde, conforme os relatos supracitados. Porém, em um dos relatos uma das participantes revela que presta serviços em uma Unidade de Saúde da capital e que quando as travestis e mulheres trans têm conhecimento que ela atua na saúde pública, a procuram por se sentirem mais à vontade e acolhidas por saberem que não serão atendidas de maneira desrespeitosa:

[...] No consultório de rua [setor da saúde pública do município de Maceió] elas sabem que trabalha uma travesti, então elas têm uma facilidade muito grande. Quando elas sabem que eu faço cartão SUS com nome social, aí elas já me procuram e se sentem bem, né? Eu acho que se for depender dos profissionais mesmo eu acho que elas não vêm, elas têm medo, porque chegam lá são tratadas pelo nome de batismo [...] aí faz de propósito, chama pelo nome de homem mesmo que é pra humilhar. (Sujeito 3).

A representatividade nesse processo é de suma importância, pois ao saberem que uma pessoa trans se encontra no corpo de profissionais de determinada unidade de saúde, essas pessoas passam a se sentir inseridas nas ações de promoção da saúde, acessando esses serviços sem passarem por constrangimentos.

Os relatos também mostraram que o uso do nome social em Alagoas já é uma realidade em instituições de ensino superior, o que contribui para o ingresso de pessoas trans, diminuindo o constrangimento ao serem tratados pelo nome de registro.

[...] Já entrei lá com o processo, mas ainda está em andamento. Ainda continuam me chamando pelo meu nome feminino. Mas

[...] o pessoal que eu tenho convívio na minha faculdade me chamam como Lucinho. Só a questão do nome na chamada, o nome nas provas, só a questão disso aí que ainda não mudou, mas os meus amigos, professores, eles já me chamam pelo masculino. (Sujeito 2).

Entende-se que o reconhecimento e a aceitação social para as pessoas transgêneras são de fundamental importância para, conseqüentemente, fortalecer sua identidade pessoal. O estigma leva o indivíduo ao sofrimento por ser excluído e diminuído como pessoa. Assim, se faz necessário o empoderamento das pessoas trans para que estas possam afirmar sua identidade e a ocupação dos espaços sociais que lhes é de direito, facilitando o acesso à educação, saúde, trabalho, moradia e, acima de tudo, o respeito por serem o que são.

4.4 VÍNCULOS AFETIVOS – SOCIABILIDADE

Tratar de vínculos afetivos para a pessoa transgênera parece um caminhar sob um campo minado atrelados a pontos que ligam sofrimento, abandono e preconceito que se dão desde o início da transição de gênero. Os participantes trouxeram relatos de exclusão por parte de suas famílias na fase inicial da transição, porém, quatro participantes (SUJEITOS 1, 2, 4, 5) revelaram que atualmente possuem uma boa relação com a família e que conseguem estabelecer vínculos e afetos. Outra participante (SUJEITO 3) relatou que não tem contato com sua família, entretanto desenvolveu vínculos fraternos com amigos e vizinhos por meio de construções socioafetivas em seu dia a dia e assim se sente acolhida e amada.

[...] Família, eu não tenho. A minha família são meus amigos, os meus vizinhos. Pra mim a família é isso, é construção do dia a dia, são as pessoas que você conquista. (Sujeito 3)

[...] Eu sempre estou com a minha família. Minha mãe depois desse tempo todo eu acho que tenta entender, tenta, mas não consegue, mas eu sei que é difícil pra ela. (Sujeito 4)

Os homens transgêneros trazem um discurso de maior acolhimento e de incentivo familiar em torno de sua transição de gênero, porém, um deles acrescentou que na fase de transição de gênero sua mãe tornou-se a única pessoa da família a apresentar resistência quanto sua mudança e foi por meio de um grave acidente automobilístico sofrido que sua mãe se aproximou e passou a aceitá-lo sem resistências.

[...] A relação com meus irmãos é a coisa mais perfeita que Deus já pôde colocar na minha vida [...] com a minha mãe foi bastante difícil [...] passamos meses distantes um do outro, mas com o tempo a minha mãe se tornou a minha melhor amiga,

principalmente depois de um grave acidente que sofri [...]. E o meu pai não questionou, não brigou, não reclamou não me excluiu de nada da vida dele. [...] Foi bastante complicado pra mim, porque eu morava com a minha avó e quando a minha mãe queria ver a mãe dela, eu precisava sair de casa para ela poder entrar. Então eu ficava na esquina de casa, lá no final da rua olhando quando ela ia sair [...]. Eu passava horas lá na esquina esperando ela sair para eu poder voltar para casa. (Sujeito 2).

O contexto familiar é de suma importância no processo de formação do indivíduo, e quando a pessoa transgênera não encontra acolhimento são abertas outras formas de amparo social que em sua maioria levam a situações de humilhação, como pontua Silva, Bezerra e Queiroz (2015, p. 368) “[...] não encontrando espaço no contexto familiar para expressarem sua identidade de gênero, entram em contato com novas perspectivas de vida e começam a surgir outros sofrimentos, marcados por agressões físicas e psicológicas, histórias de discriminação e exclusão”. Os sujeitos narraram experiências diversas, envolvendo seus vínculos familiares e de afeto, porém nenhum deles ressaltou casos de violência física por parte de pessoas da família, o que foge à regra da maioria dos indivíduos transgêneros presentes na sociedade que carregam em suas vivências histórias marcadas por episódios dramáticos nesse sentido.

4.5 IDENTIDADE TRANSGÊNERA

As discussões acerca de gênero são recentes, tendo sido incorporadas apenas a partir da década de 1960 (LANZ, 2015). Em razão disso, ainda há muito caminho para percorrer para que o conhecimento acerca do tema chegue a todos, não estando limitado apenas aos cenários acadêmicos. Diante desta circunstância, foi analisado que todos os participantes em algum momento de suas vidas mostraram-se confusos quanto a sua identidade, como ressaltam as falas dos Sujeitos 1, 2 e 4 citadas abaixo, que passaram a confundir transgeneridade com orientação sexual e o Sujeito 5, mesmo caracterizando-se como *dragqueen*, ainda não sabia o que era ser drag.

[...] Eu tenho amigas, que é engraçado até de falar, eram amigos gays. A gente eram gays. Aí todas viramos artistas dragqueen, mas todas já tínhamos uma identidade feminina e hoje todas nós somos transexuais. [...] Me considerava gay, porque eu não sabia o que eu queria ser. Eu queria ser menina, mas aí como eu vou me tornar uma menina? Eu sei que eu era menina. (Sujeito 1).

[...] Ela [sua mãe] não gostava nem de ouvir a palavra gay. E no momento em que eu me revelei, é... que eu disse que era uma pessoa gay, para ela foi o fim da linha ali. (Sujeito 2).

[...] No começo você não sabe se você vai ser um gay, por causa da sociedade, por causa da família. (Sujeito 4).

[...] Elas [as pessoas] não sabiam o que era ser dragqueen. Na verdade, eu também não sabia muito porque era um mundo novo e eu ainda estava aprendendo e todas as pessoas que viviam ao meu redor que eram drags, não sabiam também o que era ser uma dragqueen. (sujeito 5).

As falas dos sujeitos evidenciam que a identidade não é fixa, pois em determinado momento, seja por falta de conhecimento acerca do tema ou não, as identidades dos Sujeitos 1, 2 e 4 citados acima eram as de homossexuais, não de transgêneros; e a identidade do sujeito 5 era difusa. Isso não quer dizer que as suas identidades estavam erradas, ou em desacordo. Quer dizer que a identidade está em movimento e transformação, ou seja, ela não só é permanente e imutável do ponto de vista sociológico, mas também, conforme aponta os relatos, as classificações nem sempre são tomadas como signo identitário pelos sujeitos.

Tadeu da Silva (2009, p. 74) torna evidente essa questão ao dizer que “a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade.” Neste sentido, por exemplo, o fato de os sujeitos que se identificavam como homossexuais e hoje têm uma concepção de que são heterossexuais e que sua identidade de gênero vai em desencontro ao que lhe foi atribuído ao nascer, não exclui a possibilidade de que essas mesmas pessoas, em um futuro próximo ou distante, não se percebam mais como se percebem atualmente, e inclusive, as próprias categorias de gêneros – homem, mulher e até mesmo transgênero – tendem à transformações.

Tomaz Tadeu da Silva (2009) problematiza os binarismos ao afirmar que as relações identitárias se estabelecem em oposições binárias, que por suas vezes caracterizam relações de poder. O autor também coloca essa questão como o Jogo das diferenças, ressaltando que a identidade se afirma por meio da diferença. “A mesmidade (ou identidade) porta sempre um traço da outridade (ou da diferença)” (SILVA, 2009, p. 74). Isso quer dizer, por exemplo, que eu me afirmo por meio da alteridade e da negação. Considerando a fala do Sujeito 3, que disse “[...] fui me descobrindo que o meu corpo de homem não era o meu”, é possível dizer que a negação se dá no momento em que o sujeito é mulher porque ele não é homem. O corpo de homem não lhe pertence.

4.6 ENSAIOS DE GÊNERO

Os gêneros são performatizados, ou seja, o que existe não é o gênero em si, mas sim as representações de gênero. Os gêneros socialmente aceitos – homem e mulher – são carregados de significados e estes significados começam a fazer parte do indivíduo desde o ventre de sua mãe e já estão consolidados no imaginário social.

Perguntas como “é menino ou menina?” não deixam brechas para a existência de uma outra possibilidade de gênero, assim a criança nasce e cresce recebendo esses significados estereotipados do que é ser homem e o que é ser mulher. Quando o indivíduo não se identifica com os significados do que é pertencer ao seu gênero de nascença, ele entra em conflito identitário.

É possível observar na fala dos sujeitos entrevistados que, ainda que eles tenham rompido com a marca de sexo e gênero como unos, naturais e imutáveis, os discursos, muitas vezes, limitam-se ao binarismo homem/mulher. Os Sujeitos 1, 2 e 5 não mostram, em suas falas, o reconhecimento de si mesmos com a possibilidade de um terceiro gênero, ou de um gênero que permeie entre o masculino e o feminino, por exemplo. Entretanto, os sujeitos 4 e 3 fazem uma reflexão ao relatarem não são homens, mas também não são mulheres:

[...] A gente tenta ser mulher como for, mas a gente nunca vai conseguir chegar lá. (Sujeito 4).

[...] Eu sempre digo para as travestis: nós não somos mulheres, somos mulheres trans. [...] Toda mulher trans, por mais que ela seja operada, ela tem que botar na cabeça que é uma mulher transexual, então as pessoas têm que começar a aceitar como a gente é. [...] Eu não ligo para essas coisas de transgênero, é gay, travesti... eu gosto que respeite o outro do jeito que ele é. Pra mim é assim. As pessoas olham muito para essa coisa de sexo. (Sujeito 3)

Gênero não é, pois, uma questão de ser, mas sim de estar, como as identidades. Gênero não é fixo, não é permanente, nem imutável. Uma pessoa pode ser socialmente vista como mulher, por ter nascido com vagina e perceber-se homem, performatizar o homem. Esta pessoa pode ter se entendido como mulher, estar se entendendo como homem atualmente e futuramente perceber-se como mulher mais uma vez, ou por um gênero que foge do que é ser homem ou ser mulher. Butler (2016, p. 28) problematiza esta discussão ao fazer indagações sobre as questões de gêneros:

Haverá “um” gênero que as pessoas possuem, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial ao que se diz que a pessoa é, como implica a pergunta “Qual é o seu gênero?” [...] Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação?

O Sujeito 5, que se denomina *dragqueen*, é um bom exemplo de performatividade. Ele retrata que, embora sua personagem adquira algumas características de mulher, ela

não é mulher, muito menos homem. Relata que quando começa o processo de produção – maquiagem, roupa, cabelo – ele deixa de sentir-se como é (homem), para se sentir como a personagem.

[...] É como se uma entidade entrasse dentro de mim, é como se eu fosse outra pessoa. Eu não consigo [me] enxergar e todo mundo que me conhece consegue perceber a mesma coisa, o tom da voz muda, o jeito de andar muda, o jeito de se comportar, de agir, de pensar. São duas pessoas diferentes. (Sujeito 5).

O gênero é, então, um constructo que acontece por meio das relações culturais historicamente naturalizadas e reforçadas. É possível, também, evidenciar a problemática da performatividade pela fala do sujeito 2, quando ele relatou que ao ir na endocrinologista, a médica o informou que a sua situação tratava-se de transgêneridade. Ele evidenciou que não concorda com esta afirmação, pois não considera que está se transformando em homem, pois, para ele, esta condição lhe foi inata.

[...] Eu acho assim, que eu já nasci assim. Não tem como que ser transgênero. Eu tô mudando porque realmente eu... Deus me colocou no corpo errado. Eu acho que alguém passou na fila, deve ter cortado minha vez e me colocaram no corpo errado. Então eu não me identifico transgênero não. (Sujeito 2).

Ser transgênero significa transpor os limites binários de gênero impostos pela sociedade. Entretanto, se o sujeito se considera homem, o que o impede de o ser, uma vez que gênero é performance? O corpo, como ressalta Simone de Beauvoir (apud BUTLER, 2016, p. 29) “é uma situação”. Não é a genitália, o corpo, que determinam o gênero. Diante disso, foi unânime a crença, entre os entrevistados, de que o sexo (genitália) não determina gênero.

O sujeito 1, embora deseje e esteja esperando pela cirurgia de redesignação de sexo, não considera que para ser mulher ou homem, precise operar. Os sujeitos 2, 3 e 4 tiveram a mesma opinião do sujeito 1, embora não desejem operar.

[...] As pessoas hoje, elas têm a imagem de que a transexual, a mulher transexual, ela só é mulher transexual se já for operada. [...] Existe trans que não querem fazer a cirurgia. Um direito delas. Mas são trans, gente. [...] Eu não me vejo mulher completa se eu não fizer, no meu caso. Porque é uma questão que eu não uso minha genitália para outros fins. Eu acho que me incomoda me olhar no espelho e vai me fazer bem psicologicamente. (Sujeito 1).

Embora seja evidente a questão de que sexo não faz gênero, algumas pessoas trans possuem a necessidade de realizar a cirurgia de redesignação sexual, como pontua Saffioti (2009, p. 14) ao exaltar como o sexo ainda é significativo para os indivíduos.

[...] Não importa que a compatibilidade entre gênero e sexo seja alcançada depois da formatação social do indivíduo para ser homem ou mulher. Essa inteligibilidade cultural do gênero admite mais facilmente a coincidência entre sexo e gênero. Se a biologia não trouxe essa compatibilidade, os meios cirúrgicos remediariam este problema.

O desapego à associação de sexo ao gênero é ainda um dilema. Foram 1960 anos sem se discutir as questões de gêneros, apenas reforçando e naturalizando o ideal de homem e mulher. Assim, Saffioti (2009, p. 14) ressalta que:

[...] Não é qualquer pessoa que tem recursos intelectuais e emocionais para a aceitabilidade destas diferentes modalidades do exercício da sexualidade, sobretudo quando o sexo não acompanha a identificação com outro gênero. Esta diversidade ainda não integra o inconsciente coletivo ao ponto de constituir o fato como normal.

Assim, as discussões de gênero realizadas pelos autores pós-estruturalistas possibilitam a liberdade do gênero, tornando possível que os sujeitos transitem entre os gêneros já estabelecidos no imaginário social – homem e mulher – bem como estejam livres para permitirem que surjam outras (novas) expressões de gênero. Por estar tão naturalizada socialmente, a performatividade binária de gênero aparece como única, estando qualquer outra maneira de manifestação de modo de ser percebida como inaceitável e inadequada. Dessa forma, é preciso questionar os modelos tradicionais sociais que limitam os seres humanos ao enquadrá-los em categorias, para que, enfim, seja possível que os desejos de cada sujeito estejam livres para florescer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a qualificação do presente trabalho, ainda não se tinha a amplitude do conceito de transgeneridade e do que era ser transgênero, atentando-se apenas para a classificação do termo transexual. Após o estudo mais aprofundado sobre o tema e com a ajuda do conhecimento de Leticia Lanz sobre transgeneridade, bem como o aprofundamento na base pós-estruturalista (Butler, Scott, Preciado etc.), foi refletido sobre como o termo transexual é limitador, sendo só uma forma de classificar os sujeitos.

Portanto, a partir dos acessos aos conceitos atualizados sobre o tema por meio do livro *O corpo da Roupa* da Psicanalista Leticia Lanz que coloca o tema de maneira

transgressora e inovadora, desenvolvendo um conceito mais amplo da transgeneridade, pondo todos aqueles enquadrados como transexuais, travestis, *crossdressers*, *dragqueens*, *dragkings*, andróginos, entre outros, apenas em uma única acomodação: o transgênero, por considerá-los como aqueles que fogem das normas de padrão binário de gênero de ser no mundo – masculino e feminino.

Assim, a partir desses conceitos surgiu a necessidade de mudar a nomenclatura de referência a esses sujeitos, adotando o tema transgênero, ao invés de transexual ou qualquer outro que visasse classificar os sujeitos, por considerar que este é suficiente para englobar todos aqueles que não estão sob o padrão binário de gênero. Entretanto, foram respeitadas as denominações realizadas pelos sujeitos entrevistados quando se referiam a si mesmos, fosse como transexual, travesti ou *dragqueen*.

Foram através dos relatos colhidos nas filmagens e as experiências observadas nas pesquisas prévias realizadas que ficou constatado existirem diversas formas de serem homens e mulheres no mundo, bem como é possível um modo de viver sem que haja a necessidade de restringir apenas a um modo de relação entre os sujeitos, como os fixados pela cultura desde os processos de constituição das instituições patriarcais, que se restringem a pênis-vagina e vagina-pênis; homem-mulher e mulher-homem. Constatou-se que a genitália não define gênero e muito menos o indivíduo deseja o outro apenas sob uma ótica da genitalidade.

O acesso às referências bibliográficas trouxe além de inquietações, maior dimensão da importância do tema e embasamento para analisar o discurso da prática sob uma visão científica, pois, foram encontradas nas teorias consultadas dados importantes que legitimam as narrativas dos indivíduos documentados, quanto aos afetos, sexualidade, performance, identidade de gênero, dificuldades enfrentadas em suas vidas e as fases do desenvolvimento das pessoas transgêneras. Constatou-se que, independente do território, dos ambientes e das histórias que vivem, as experiências das pessoas transgêneras se cruzam entre si, se assemelham e se acumpliciam no que se referem às dificuldades enfrentadas diariamente, os sonhos e o desejo de serem reconhecidos como realmente são.

Os resultados obtidos com o presente trabalho possibilitaram reflexões acerca da prática profissional do psicólogo, já que se comprovou que os entrevistados não têm acesso aos seus serviços e pouco têm conhecimento sobre o trabalho que pode ser desenvolvido pelos psicólogos no sentido de contribuir para suas vidas. Por outro lado, tornou-se evidente a importância de se investir em formação sobre as identidades transgêneras para os profissionais da psicologia, bem como todos aqueles que lidarão com o público transgênero.

Constatou-se por meio das entrevistas que a trajetória de sofrimento e luta desses indivíduos se assemelham e que eles desejam ter espaços de fala firmados nos meios acadêmicos e sociais em geral. Essa questão pode ocorrer por meio de outros documentários e de trabalhos que acendam a visibilidade trans sob uma ótica mais fidedigna e genuína, dando ênfase ao protagonismo dos próprios sujeitos transgêneros, tendo em vista que só eles têm legitimidade para relatar suas vivências.

O trajeto percorrido pelos pesquisadores envolvidos neste trabalho proporcionou acesso não apenas ao que há de mais atual nos estudos de gênero, mas, acima de tudo serviu para ampliar os sentidos do quanto os indivíduos entrevistados são singulares, incríveis e dotados de possibilidades que ultrapassam as barreiras construídas e os limites impostos pela sociedade.

A partir dos depoimentos registrados acredita-se que a pesquisa e o documentário tomarão mais visível a trajetória de luta dos sujeitos transgêneros e possibilitará espaço de fala para esses indivíduos no ambiente acadêmico e em contextos diversos, contribuindo para a diminuição do preconceito e a desconstrução dos padrões estabelecidos e excludentes. Os depoimentos viraram do avesso os conceitos enraizados e rígidos, portanto serviram para se perceber a beleza que existe por trás de cada pessoa.

REFERÊNCIAS

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; Murta, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 70-79, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. **diretrizes nacionais para o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS**. 2008. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 23 abr. 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DECASTRO, T.; GOMES, W. B. Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 153-161, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2016.

FRANCO, M. L.P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano editora, 2003.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros.** Curitiba: Transgente, 2015.
- LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja.** Brasil. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 1 nov. 2016.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- MOIRA, A. **E se eu fosse puta.** São Paulo: Hoo Editora, 2016.
- OLIVEIRA, N. M. de. **Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- PRECIADO, B. **Manifiesto contra-sexual.** São Paulo: Editora N1, 2014.
- SAFFIOTI, H. I. B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero? **Cadernos de crítica feminista.** Ano III, n 2. Recife: SOS CORPO, 2009.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1989. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 1 nov. 2016.
- SILVA, R. G. L. B. *et al.* Os impactos das identidades transgênero. **Rev. Ter Ocup. Univ.,** São Paulo, p. 364-72, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052/109664>. Acesso em: 1 nov. 2016.
- SILVA, T. T. da. A produção da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 11. ed. Petrópolis, Vozes: 2009.
- WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Data do recebimento: 10 de setembro de 2017

Data da avaliação: 23 de novembro de 2017

Data de aceite: 12 de dezembro de 2017

1 Acadêmico do curso de Psicologia no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: humberto.lsf@gmail.com

2 Acadêmica do curso de Psicologia no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: marcele-cavalcante@hotmail.com

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas- SOTEPP- UNIT/AL.

E-mail: jesanabpereira@gmail.com